

Aos trinta dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às treze horas e trinta minutos, reuniram-se na sede do IPREM os membros de seu conselho administrativo Paula Juliana dos Santos, Silvio Aparecido Sobrinho, Mariluce Alexandre de Oliveira Balsamão, Aida Rosa Flores Albino Miguel e Emídio Luiz de França Neto com a superintendente Maria de Fátima Silva Ferraz. A superintendente coloca que houve uma aposentadoria a maior para o aposentado Luiz Gustavo Silveira de Ornelas e que ao revisar a aposentadoria o instituto baixou o valor do benefício e cobrou em parcelas a devolução do valor pago a maior. O assessor jurídico Dr. Weberton Pires dos Santos explica sobre a sentença pois o juiz deferiu a favor da devolução do valor ao beneficiário e indeferiu que volte a pagar o valor do benefício como era antes. Sendo assim o assessor jurídico entende que o melhor caminho para não gerar mais gastos como pagamento de honorário de sucumbência é não recorrer. O conselho discute e acata a recomendação do assessor jurídico. O assessor pergunta se em situações iguais poderia tomar tal decisão ao que o conselho pede para que em outras demandas assim como ocorreu agora e para resguardar as decisões do assessor, a consulta ao conselho administrativo se faz necessária. Em seguida a superintendente mostra o valor principal que é de R\$401,14 (quatrocentos e um reais e quatorze centavos) o advogado explica que neste valor ainda irá incidir juros e correção monetária a partir de maio de 2022, além dos honorários de sucumbência de 60 % sobre 10% da condenação. O presidente coloca que independente do valor já é pacífico que quem recebe de boa fé ganha essas ações na justiça. Em seguida a superintendente apresenta o boletim de prestação de contas de 2024. O gasto do mês de dezembro da taxa de administração foi de R\$213.264,14 (duzentos e treze mil, duzentos e sessenta e quatro reais e quatorze centavos) também apresenta a receita anual de R\$1.755.600,00 (mil milhão, setecentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos reais) e despesa anual de R\$1.219.812,86 (um milhão, duzentos e dezenove mil, oitocentos e doze reais e oitenta e seis centavos). Explica que despesas que não são com aposentadoria e pensão não podem sair do previdenciário. Que despesas como restituições demonstradas no quadro abaixo foi necessário empenhar na taxa da administração e depois, na conciliação deduzir este valor já que não são uma despesa administrativa.

DEDUÇÕES DA DESPESA	VALOR
Restituição de Tarifa Bancária	R\$ 110,00
Restituição de Diária de Viagem	R\$ 114,76
Sentenças Judiciais/Previdenciário	R\$ 26.185,43
Restituição de Contribuição LSV - M.A.S.T.	R\$ 2.047,93
Restituição Multa e Juros	R\$ 117,91
Honorários de Sucumbência	R\$ 9.534,06
TOTAL DE DEDUÇÕES (-)	R\$ 38.110,09

Santos

Alves

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

A superintendente também coloca que como foi colocado em dezembro para o conselho, o valor pago pela RTM assessoria foi restituído às contas do pró gestão pois o objeto do contrato não cumpria os requisitos exigidos pelo pró gestão. Foi devolvido o valor de R\$38.078,08 (trinta e oito mil, setenta e oito reais e oito centavos). Coloca que a reserva do PASEP do ano de 2024 foi de R\$337.100,06 (trezentos e trinta e sete mil e cem reais e seis centavos). Que da reserva ainda havia restos a pagar, sobrando na composição total da reserva administrativa R\$259.811,59 (duzentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e onze reais e cinquenta e nove). Explica que a reserva do PASEP de dezembro no valor de R\$26.000,00 (vinte e seis mil reais) não foi repassada dentro do mês pois a composição do PASEP ainda não havia sido calculada devido à taxas que ainda eram desconhecidas. Que em 31 de dezembro ainda não sabia o valor a restituir e não foi colocada dentro do mês. Que a superintendente anterior não concordou em retirar de dezembro. Sendo assim a reserva de R\$26.000,00 (vinte e seis mil reais) do mês de dezembro será realizada em janeiro de 2025. Que como o exercício era da superintendente Joana Darc Silveira Macedo, mesmo não concordando acatou o entendimento. O conselho discute sobre maneiras de a reserva ser realizada dentro do mês. A superintendente explica como é a procedência dentro da área contábil. A superintendente colocou que por ela continua recolhendo da maneira que está e em dezembro, recolhe-se para a taxa o valor para fechar no ano. O conselho discute e concorda. Em seguida analisamos os gastos com o pró gestão que houve sobra de R\$77.948,84 (setenta e sete mil, novecentos e quarenta e oito reais e oitenta e quatro centavos) que já que não pode haver sobra o valor foi devolvido ao previdenciário. Em seguida apresenta o total acumulado da reserva do PASEP de R\$337.100,06 (trezentos e trinta e sete mil e cem). Apresenta as receitas de dezembro total de R\$4.129.983,75 (quatro milhões, cento e vinte e nove mil, novecentos e oitenta e três reais e setenta e cinco centavos). Também a rentabilidade das aplicações de R\$713.606,29 (setecentos e treze mil, seiscentos e seis reais e vinte e nove centavos). Coloca também que o servidor J.C e N.P estão pagando as contribuições em dia e que o servidor G.P. está em atraso com a parcela 11. Verificamos que os pagamentos dos parcelamentos e do aporte do déficit estão em dias. Analisamos o quadro das despesas total no valor de R\$5.396.074,49 (cinco milhões, trezentos e noventa e seis mil, setenta e quatro reais e quarenta e nove centavos). A diferença entre despesa e receita previdenciária R\$1.061.127,47 (um milhão, sessenta e um mil, cento e vinte e sete reais e quarenta e sete centavos) negativos em virtude do pagamento do décimo terceiro salário. A superintendente então calcula o valor empenhado no pagamento de décimo terceiro salário foi de



R\$1.227.148,98 (um milhão, duzentos e vinte e sete mil, cento e quarenta e oito reais e noventa e oito centavos). Em seguida apresenta a composição da taxa de administração de 2025, apresenta em números o bruto da folha do exercício de 2024 e aplica 2,55% que deste total 0,25% será taxa do pro gestão. Sendo assim apurou se que a taxa para o exercício de 2025 será de R\$2.050.000,00 (dois milhões, cinquenta mil reais) sendo R\$154.000,00 (cento e cinquenta e quatro mil) mês da taxa de administração e 16.700,00 (dezesseis mil, setecentos reais) mês de pró gestão divididos em 12 e 11 vezes respectivamente. Em seguida a superintendente coloca que no comitê de investimento ela estava de membro e gestora. Que sendo assim ela continua como gestora até a certificação do novo contador mas que como superintendente passa a ser membro nato. Que dentre as suplentes a que já está certificada é a servidora Regina Aparecida Dayrell Vieira que passa a integrar o comitê. Também coloca que caso as demais suplentes não tenham interesse em continuar, se o conselho concordar, os nomes das servidoras Lorrany Dhiulia Souza Marques Dias no lugar de suplência da servidora Regina e Roberta Malaquias dos Santos. O conselho coloca que deve haver uma consulta as duas suplentes e no caso de não se interessarem de continuar que façam a renuncia por escrito. A superintendente coloca também que nosso contrato de assessoria de investimento vence dia 31/01 e que então foi aberto um processo licitatório mas que houve questionamento quanto as certificações exigidas na área de investimento. Que o Sr. Marcos da empresa Investor e a Lema questionaram. Que foi feita a fundamentação e houve consulta entre colegas da área se baseando assim nas defesas. Porém a INVESTOR continuou questionando. Que ele apresentou contestação e mais um questionamento. Que sendo assim consultou o assessor Juliano Calazans que aconselhou a suspensão do processo de licitação para evitar embargo. Sendo assim decidiram por cancelar o processo. Que conversando com outros institutos entendeu que pode contratar por processo de inexigibilidade que a LEMA propôs incluir na consultoria o estudo de ALM e relatórios mensais, semestrais e anuais. Que em 2022 pagamos R\$14.900,00 (quatorze por este estudo para empresa MENSURAR pelo trabalho de ALM. Que a proposta da empresa LEMA é de a consultoria de R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por mês em dois anos e o ALM R\$14.400,00 o estudo de ALM anual sendo dois estudos. Total de R\$36.000,00 (trinta e seis mil reais) em dois anos e R\$28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais) por mês somando R\$64.800,00 (sessenta e quatro mil e oitocentos reais). O conselho analisa e concorda. Em seguida informa que o controlador interno não pode estar presente para apresentar o plano anual de auditoria e coloca que o mesmo deixou o plano elaborado e fará a apresentação. Coloca que o plano cobre todas as áreas de trabalho dentro da instituição. Apresenta agenda de trabalho do ano e previsão de entrega dos relatórios conforme quadro:

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Modalidades de Relatório Produzidos	Previsão de Entrega:
Relatório Complementar de Prestação de Contas Ano 2024 (TCE-MG)	26/03/2025
Relatório das Atividades Controle Interno 1º Trimestre (Jan/Fev/Mar) 2025	02/05/2025
Relatório das Atividades Controle Interno 2º Trimestre (Abr/Mai/Jun) 2025	31/07/2025
Relatório das Atividades Controle Interno 3º Trimestre (Jul/Ago/Set) 2025	03/11/2025
Relatório das Atividades Controle Interno 4º Trimestre (Out/Nov/Dez) 2025	02/02/2026

O conselho aprova o plano anual de auditoria. Em seguida coloca que foi incluído no pro gestão o manual de arrecadação de contribuições e também o manual de compensação previdenciária, uma nova exigência do pró gestão edição 3.5 e apresenta os manuais para serem avaliados e aprovados. O conselho analisa e aprova. A superintendente coloca também que é preciso fazer uma audiência pública em março pois apesar da audiência do final do ano de 2024 o auditor não a acatou por englobar os últimos três anos. Sendo assim o auditor solicitou que a audiência pública seja realizada até o fechamento do primeiro trimestre de 2025 afim de cumprir a ação do pró gestão diálogo com segurados e sociedade que será realizada na CDL no dia 19 de março as 16 horas. Coloca que também está organizando um festa para o dia do servidor aposentado que será em junho e conta com a ajuda de todos. Nada mais havendo a ser tratado, eu Paula Juliana dos Santos lavrei a presente ata que após lida será assinada por mim e todos os presentes.

Paula Juliana dos Santos

Silvio Aparecido Sobrinho

Mariluce Alexandre de Oliveira Balsamão

Aida Rosa Flores Albino Miguel

Emídio Luiz de França Neto

Maria de Fátima Silva Ferraz